

O novo historicismo e o materialismo cultural: definições e aplicações práticas¹

Gustavo Vargas COHEN²

Resumo

O artigo apresenta definições historicamente contextualizadas seguidas de reflexão crítica sobre os principais pontos de convergência e disparidade das abordagens conhecidas como Novo Historicismo e Materialismo Cultural. Vários estudiosos descrevem, segundo suas visões políticas particulares, os conceitos para ambas as escolas explicando suas histórias pregressas, suas origens, pontos positivos e negativos – metodologicamente falando – e seus rumos. Ao final, são dados exemplos e sugestões, em nível introdutório, de análise e crítica segundos os preceitos de aplicação prática dos métodos postulados pelos Estudos Culturais.

Palavras-chave: Novo Historicismo. Materialismo Cultural. Estudos Culturais.

Introdução

Amplamente usados na crítica literária de origem anglo-americana, os termos Novo Historicismo e Materialismo Cultural compartilham de uma série de postulados. Este artigo é uma narrativa ensaística contendo definições historicamente contextualizadas seguidas de reflexão crítica sobre os principais pontos de convergência e disparidade das duas escolas. Não se limitando à discussão teórica, o presente estudo busca promover *insights* sobre a aplicação prática das ferramentas analítico-ideológicas compartilhadas por críticos dos diversos movimentos conhecidos como Estudos Culturais.

Tanto novos-historicistas quanto materialistas-culturais se mostram interessados em resgatar, recuperar e reescrever a realidade histórica. Ao mesmo tempo, procuram explorar

¹ Artigo adaptado de uma revisão bibliográfica preliminar da pesquisa de doutorado intitulada *Meet the Haunted World of Shirley Jackson*, atualmente em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande na área de Literaturas Estrangeiras Modernas, especialidade Literaturas de Língua Inglesa/bolsista CAPES.

mecanismos sociais, culturais e políticos de repressão e subjugação, o que faz de seu arcabouço metodológico uma importante ferramenta para os críticos que desejam trabalhar com estudos de gênero e de comunidades marginalizadas social, cultural, histórica e até institucionalmente.

Pontos de convergência e disparidades

Dentre suas diferenças mais notáveis encontra-se o fato de que a primeira abordagem, o Novo Historicismo (doravante NH), tende a focar em disciplinas como ciências políticas e antropologia, dado seu interesse por governos e instituições tradicionalmente produtoras de cultura, já a segunda abordagem, o Materialismo Cultural (doravante MC), tem a tendência de fazer uso de disciplinas como a economia e a sociologia, visto que seus interesses inclinam-se para as relações de, e entre, classes e políticas econômicas. Em outras palavras a diferença marcante, porém discutível, é frequentemente apontada por seus detratores em vez de por seus defensores. O NH é acusado de privilegiar suas análises em elementos que abordam os interesses das classes pertencentes ao topo da hierarquia social, i.e., a igreja, a monarquia, as classes-superiores, etc. Por outro lado, o MC demonstrou inclinação ao estudo dos interesses do outro extremo, i.e., as classes mais baixas e outros grupos desfavorecidos de vozes excluídas, sejam por gênero, etnia ou qualquer outro ponto que possa propiciar os infelizmente tradicionais motivos escusos para segregação e preconceito.

Definir ambos movimentos não é, no entanto, sem ônus ou percalços. Parte da dificuldade em sua conceituação jaz no fato de que o movimento conhecido como Novo Historicismo é, de fato, um nome que abarca um número expressivo de abordagens polissêmicas (no sentido que, embora diferentes, elas compartilham um fundo em comum) e são desorganizadamente agrupadas sob a mesma categoria – fenômeno não exclusivo do Novo Historicismo visto que o mesmo, ou algo muito semelhante, constantemente é afirmado sobre termos tão abrangentes quanto são o Estruturalismo, Romantismo ou Modernismo. Defende-se aqui a idéia de que não existe apenas um Novo Historicismo, mas vários “Novo-Historicismos”. A argumentação baseia-se na quantidade de estudos

historicistas e culturais que surgiram desde o último *fin de siècle*, com especial ênfase outorgada à dominância do *umbrella term* Estudos Culturais que, por sua vez engloba tanto o NH como o MC e, portanto, realmente oferece obstáculos a chegada de um conceito razoavelmente definitivo ou conclusivo. O problema se intensifica à medida que figuras exponenciais da escola novo historicista, como Stephen Greenblatt e Alan Liu, que ora criticam, ora rejeitam o próprio termo. Até mesmo o termo “história” não escapa à seus questionamentos. Segundo Foucault, a noção de história foi drasticamente alterada na era moderna, que descobriu que ao invés de se tratar de uma única linha contínua de tempo, a história é uma pluralidade de tempos que não se desenvolvem paralelamente, e sim segundo o ponto de vista de diferentes indivíduos, línguas e posições políticas (BEST, 1995). Apesar disto, é inegável que os proponentes desta abordagem, e todos aqueles associados a ela, foram e tem sido amplamente influentes nos estudos críticos e literários. É sensato prestarmos alguma atenção a alguns teóricos individualmente para melhor compormos um retrato de quem são as figuras mais importantes desta escola de pensamento, como Michel Foucault, que é, simplesmente, um dos críticos mais influentes das ultimas três décadas. Seu interesse em questões de poder, epistemologia, subjetividade e ideologia ultrapassou as fronteiras da teoria e da crítica literária chegando a contribuir consideravelmente para o pensamento refinado de áreas como ciências políticas, história e antropologia. Sua energia incomparável ao discutir e analisar disciplinas tão díspares como a medicina, a ciência criminal, a filosofia, a história da sexualidade e o governo, para nomear apenas algumas, atingiu patamares que o levaram a questionar a própria noção de disciplinariedade. Stephen Greenblatt é o nome mais prontamente associado ao Novo Historicismo (RICHTER, 1994), não só, mas também, devido à aplicação destes postulados em seus estudos sobre literatura renascentista. Conquistou, em princípio, diversos adeptos que igualmente estudavam o Renascimento, porém sua fascinação por detalhes históricos e nuances culturais, aumentaram sua popularidade expressivamente, levando estudiosos da literatura a aplicar o ideário novo-historicista a outros períodos históricos (Felluga, 2002a).

Por outro lado, os críticos da vertente Materialismo Cultural (MC) em especial, demonstraram, por meio de sua prática analítica, uma predisposição para privilegiar em seus estudos as implicações de suas asserções para o *status quo*, isto é, demonstram sua

posição em desacordo com as estruturas de poder vigentes, consequentemente atribuindo poder à grupos historicamente destituídos de poder, as mencionadas vozes excluídas. De maneira semelhante a outros grupos de crítica cultural, os críticos desta vertente frequentemente desvalorizam a distinção entre “alta” e “baixa” cultura, valorizando predominantemente, portanto, produções realizadas pela chamada “cultura popular” (Murfin & Supriya, 1998).

Enquanto os novos historicistas focalizam no poder que as estruturas sociais e ideológicas exercem para restringir homens e mulheres, o MC se concentra nas intervenções efetuadas por homens e mulheres que inevitavelmente os levam a desenvolver suas próprias histórias. O contraste faz gerar, respectivamente, um pessimismo político por parte do primeiro e um otimismo político por parte do último. O NH situa o texto literário na situação política vigente na época de sua elaboração e/ou publicação, enquanto o MC o situa no momento atual.

De acordo com Vince Brewton (2005), o termo “Novo Historicismo” cunhado por Stephen Greenblatt designa um corpo de práticas teóricas e interpretativas que teve início em grande parte com estudos de literatura Americana dos períodos colonial e revolucionário. Pouco tempo antes, na Grã-Bretanha, o teórico Raymond Williams e seus afiliados deram início ao movimento chamado Materialismo Cultural, que visava a análise de todas as formas de significação - das quais a escrita (literária) ocupava papel proeminente - tal qual produzidas dentro de suas condições e meios de produção. Ambas escolas buscavam entender textos literários historicamente e rejeitavam a influência formalizante de estudos literários anteriores, e.g., os da Nova Crítica, do Estruturalismo e do Desconstrucionismo. Todas estas últimas escolas, de alguma maneira, privilegiavam o texto escrito e davam ênfase secundária ao contexto histórico e social de sua criação. De acordo com o NH, a circulação de textos literários e não-literários produzem relações de poder social dentro de uma determinada cultura. O pensamento novo historicista distingue-se do historicismo tradicional por meio de diversas vias cruciais. Primeiramente rejeita a premissa do historicismo de questionamento neutro de um texto, *a contrario*, o novo historicista aceita a necessidade de fazer julgamentos históricos de valor. De acordo com este pensamento apenas é possível conhecer a história textual do passado porque ela está

“subordinada” (embedded) – termo chave – à textualidade do tempo presente. Texto e contexto são menos claramente distintos para a prática do NH. As separações tradicionais entre textos literários e não-literários e “alta” literatura e literatura popular são também fundamentalmente desafiadas. Para o NH todos os atos de expressão estão subordinados às condições materiais de uma cultura. Os textos são examinados buscando a maneira pela qual revelam realidades econômicas e sociais, especialmente se e como produzem ideologias e se e como representam poder, autoridade e subversão. Para Brewton (2005), a conceituação de NH se dá ligeiramente diferente das definições supracitadas e sim de maneira semelhante à forma que a maior parte da história social emergente da Europa dos anos 1980 o fez. Para ele, o NH se interessa particularmente por grupos marginais e marginalizados e por comportamentos não-normativos, i.e., bruxaria, transsexualismo, revoltas operárias e exorcismos, e os trata como exemplos de busca por poder e autoridade para representar alternativas subversivas, a busca pelo Outro, e por sua legitimização. Louis Montrose (In: BREWTON, 2005), um dos grandes inovadores e expoentes do NH, descreve um axioma fundamental do movimento através de sua crença na textualidade da história e na historicidade dos textos. Para melhor entender sugere-se voltar a Levi-Strauss, em particular à sua noção de cultura enquanto um sistema auto-regulatório, agregando a isso a premissa foucaultiana que diz que o poder é ubíquo e, portanto, não pode ser igualado ou comparado com o poder estatal ou econômico e, tampouco, com a concepção de hegemonia de Gramsci, isto é, que a dominação é, geralmente, alcançada através de consentimento culturalmente orquestrado e não por meio da força. Todos estes postulados formam fundações imprescindíveis da perspectiva novo-historicista. A tradução dos trabalhos de Mikhail Bakhtin sobre o carnaval coincidiram com a ascensão do NH e do MC e deixaram um legado no trabalho de outros teóricos influentes como Peter Stallybrass e Jonathan Dollimore. Em seu período de maior ascendência, durante os anos 1980, o NH, para bem ou para mal, atraiu críticas da esquerda política devida a sua forma de retratar expressões ditas contra-culturais. O NH foi acusado de tratá-las da mesma maneira como eram tratadas pelos discursos dominantes. Paralelamente, o “abandono” à literariedade e às preocupações formais literárias por parte do NH atraíram o desdém de estudiosos tradicionais da literatura, o que, no entanto, não fez com que o NH deixasse de exercer

grande influência nas ciências humanas e na concepção estendida de estudos literários (BREWTON, 2005).

De acordo com o professor D. G. Myers (1989) da Texas A&M University, os anos 1980 testemunharam a emergência de um novo movimento nos estudos literários anglo-americanos que rivalizava em igualdade com qualquer movimento semelhante na Europa no que diz respeito à sofisticação metodológica, *inclusividade* teórica e apelo prático. Acreditava-se na época – com razão – que a natureza histórica de textos literários estava sendo negligenciada há décadas, pelo menos pelo último meio século, e o momento de ir além da abordagem formalista e centrada exclusivamente no texto urgia. Uma nova abordagem histórica se fazia necessária e um novo movimento ascendeu para saciar esta demanda. A característica mais marcante deste NH era justamente seu desdém pelo formalismo literário. Os líderes do novo movimento se descreviam como infelizes em relação às constantes exclusões de circunstâncias sociais e políticas nas análises literárias tradicionais. Eles estavam fatigados da visão que clamava que um poema é um objeto “auto-contido”, um ícone verbal possuidor de apenas um núcleo lógico cercado de uma textura de irrelevância (MYERS, 1989), isto é, atacavam, mesmo que tardiamente, os postulados teóricos da Nova Crítica. Tardiamente porque a *nouvelle critique* francesa e a hermenêutica filosófica alemã já estavam intervindo na história das preferências acadêmicas anglo-americanas e o NH ascendia paralelamente a elas no tocante à crítica ao estabelecimento que tinha como doutrina oficial a visão formalista. Portanto o novo movimento não era uma insurgência isolada, e sim, uma reorganização corporativa. Neste sentido não foi uma reação à literatura em si, mas aos estudos literários. Em outras palavras, o novo movimento não surgiu por causa da matéria sob escrutínio, como poemas, romances ou textos dramáticos, mas devido à situação institucional que as universidades se encontravam. De acordo com Myers (1989), a situação nas universidades anglo-americanas privilegiava métodos a idéias, além disso, sentia-se que os estudos literários haviam culminado em um impasse. De um lado estavam os estudantes da Nova Crítica, ainda fazendo *close-readings* de textos tradicionalmente canônicos, de outro, os desconstrucionistas, mostrando como os textos se desfaziam por eles mesmos. Ambos pareciam afastados dos verdadeiros interesses dos novos professores, os novos profissionais

emergentes dos anos 1960 e de seus slogans políticos revolucionários. Os professores universitários pareciam cansados de ensinar textos literários como se estes fossem entidades etéreas que flutuam acima da realidade histórica. Neste contexto, os ideais feministas apresentavam-se como a solução para os problemas vigentes, pois neles repousava a esperança de transformar a crítica literária em um agente de transformação social. Não obstante, muitos estudiosos gradualmente começaram a se dar conta de que o feminismo não possuía um método *per se* distintivo de análise (SELDEN, 1986). Naquele momento histórico a crítica feminista sabia exatamente o que queria dizer, mas precisou adotar estratégias interpretativas de outras escolas de pensamento. Os críticos e críticas mais jovens precisavam recorrer a operações provenientes do desconstrucionismo ou de outras variantes pós-estruturalistas para executar manobras interpretativas de cunho político. Tal procedimento deixava os críticos temerosos de estarem realizando interpretações que não iriam além das leituras já familiares ou tradicionais de textos literários. O NH renovava o fôlego destes críticos, já que oferecia uma abordagem distinta aliada a um rigoroso método científico que, ainda por cima, propiciava a possibilidade de um posicionamento político aberto. O número de estudiosos que gostaria de ter seu nome associado com a crítica cultural chamada de pós-marxista aumentava. Dentre eles estava o intelectual nascido na Palestina e criado e educado nos Estados Unidos Edward Said. Até mesmo críticos outrora associados ao marxismo como Paul Lauter e Kate Millet nos anos 1960, Florence Howe e Elaine Showalter nos anos 1970, e William Spanos e Robert Scholes nos anos 1980, estavam agora advogando em prol de projetos pós-marxistas ou simplesmente não-marxistas, todos dentro do arcabouço dos chamados Estudos Culturais (LEITCH, 1988). Não é surpreendente que alguns tenham acusado o NH de ter sido desenvolvido exclusivamente para organizar metodologicamente a interpretação política da literatura. O movimento ganhou rápida e pronta aceitação nos departamentos acadêmicos de língua e literatura inglesas. O NH já nasceu com seus textos clássicos: *Renaissance Self-Fashioning: From More to Shakespeare*, de 1980, de Stephen Greenblatt (2005) e os ensaios selecionados de Louis Adrian Montrose sobre Shakespeare, especialmente o intitulado *Shaping Fantasies: Figurations of Gender and Power in Elizabethan Culture*, de 1983. O NH possui sua própria revista científica, *Representations*, publicada pela

University of California Press. Seus métodos especiais de interpretação são, até hoje, praticados por um grande número de críticos nos Estados Unidos e na Inglaterra principalmente, mas também em muitos outros países do mundo, de língua inglesa ou não. Alguns desses estudiosos são Jonathan Dollimore, Jane Tompkins, Don E. Wayne, Walter Benn Michaels, Catherine Gallagher, Arthur F. Marotti, Jean E. Howard, Stephen Orgel, Annabel Patterson e Peter Stallybrass. O método encorajou uma série de pesquisas históricas entusiasmadas.

Métodos, práticas, análises e aplicações

No tocante a metodologia, isto é, os pressupostos para a aplicação prática dos ideais crítico-analíticos, os críticos do NH e do MC dedicam-se a uma varredura minuciosa de estatísticas trabalhistas, tratados religiosos, relatórios governamentais e uma série de outros registros produzidos pelos contemporâneos dos grandes escritores e obras que pesquisam.

A insurgência destas novas modalidades de análise de textos literários fez com que críticos mais tradicionais tomassem medidas de sobrevivência e começassem a “rehistoricizar” seus estudos para adaptarem-se às novas condições do mercado. Em 1987 a Wesleyan University, em Middletown, Connecticut, foi a primeira a publicar uma abertura de vaga para docente Novo Historicista (MYERS, 1989).

Quando se dispõe a analisar questões de gênero, críticos de ambas escolas procedem ao uso dos seguintes conceitos (aqui serão apresentados apenas exemplos em nível introdutório para fins de ilustração). As seguintes questões, portanto, visam exemplificar e ilustrar o *modus operandi* da crítica cultural segundo Felluga (2002b): Quais são as relações de poder, independente de suas naturezas, sugeridas pelo texto? Como o exercício do poder é executado, de maneira explícita ou velada? Que fator, ou fatores, podem ameaçar a relação de poder? Como aqueles que detêm o poder e a autoridade trabalham para conter qualquer elemento de subversão? Que eventos históricos ou culturais poderiam servir para elucidar o texto? O que o texto revela sobre as conexões entre língua, conhecimento e poder para uma determinada cultura em específico? Que modelo de personalidade psicológica o texto pressupõe ou constrói? Que imagem do corpo humano o

texto pressupõe ou constrói? Como o texto analisado revela modelos de autoridade e de verdade historicamente particulares? Através da busca pelas respostas destas e de outras questões novos historicistas e materialistas culturais constroem suas lógicas de operação.

A seguir, mais algumas questões elaboradas para a análise de textos do século XIX (Felluga, 2002b), mas que podem ser facilmente aplicadas em textos de praticamente qualquer época, sejam eles em verso ou em prosa (de qualquer extensão, e.g., romances, novelas ou contos): Que disciplinas, profissões e discursos são mostrados em posição de autoridade sobre indivíduos? Como questões (talvez conflitantes) de religião, legislação, ciência, administração estatal, educação, medicina são julgadas no texto ou arbitradas pelo texto? Que personagem, ou personagens, oferecem representações úteis sobre o ato de escrita, e que aspectos da escrita são representados, e como eles se relacionam ao trabalho ideológico, estético e/ou narrativo? Que relações imperialistas, coloniais e/ou internacionais estão implícitos ou explícitos no enredo econômico do texto? e que signos ou imagens representam estas relações no enredo doméstico do texto?

Considerações finais

O presente artigo não se propôs a traçar um panorama completo, mas uma versão introdutória dos estudos culturais de viés novo-historicista e cultural-materialista, e termina com a pergunta levantada por Charles Altieri (1995) em seu texto chamado “*Can We Be Historical Ever?*”. Considerando que escrever a história de um movimento crítico é fazer uma narrativa sobre sua história, a pergunta é a seguinte: “como se escreve a história de um movimento intensamente crítico aos modos narrativos de representação histórica?” (p. 219). A provocação é vista como bem-vinda.

Referências

ALTIERI, Charles. Can we be historical ever? Some hopes for a dialectal model of historical self-consciousness. In: BROWN, Marshall (ed.). **The uses of literary history**. Durham: Duke University Press, 1995.

BEST, Steven. **The politics of historical vision**. New York: The Guilford Press, 1995.

BREWTON, Vince. New Historicism and Cultural Materialism. **The internet encyclopedia of philosophy**. 2005. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/literary/#H6>>. Acesso em: 25.04.2010.

FELLUGA, Dino. General Introduction to New Historicism. **Introductory guide to critical theory**. 2002a. Disponível em: <<http://www.purdue.edu/guidetotheory/newhistoricism/modules/introduction.html>>. Acesso em: 25.04.2010.

_____. Application of New Historicism: Spenser's *Amoretti*: Questions. **Introductory guide to critical theory**. 2002b. Disponível em: <<http://www.purdue.edu/guidetotheory/newhistoricism/applications//applicationspenser.html>>. Acesso em: 25.04.2010.

GREENBLATT, Stephen. **Renaissance Self-Fashioning: From More to Shakespeare**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

LEITCH, Vincent. **American literary criticism from the thirties to the eighties**. New York: Columbia University Press, 1988.

MONTROSE, Louis. Shaping Fantasies: Figurations of Gender and Power in Elizabethan Culture. **Representations** 2. p. 61-94, 1983.

MURFIN, Ross. & SUPRIYA, Ray. **The Bedford glossary of critical and literary terms**. New York: Bedford Books, 1998.

MYERS, D.G. The New Historicism in Literary Study. **Academic Questions** 2. pp. 27-36. 1989.

RICHTER, David. **Falling into theory: Conflicting views on reading literature**. New York: Bedford Books, 1994.

SELDEN, Raman. **A reader's guide to contemporary literary theory**. Lexington: The University Press of Kentucky, 1986.